

A EVOLUÇÃO DO CENÁRIO NATURAL
E DO PANORAMA ARTÍSTICO NO
ARQUIPÉLAGO DO GOLFO DA GUINÉ
desde a sua descoberta até aos meados de setecentos*

Lúcia Leiria Tomás**

A representação do espaço natural do Arquipélago na discursividade colonial

Desde os contactos preliminares com S. Tomé e Príncipe, as instâncias lisboetas manifestaram uma óbvia curiosidade pela realidade local, especialmente pelos elementos da sua natureza susceptíveis de rendibilização. Em resposta a esta expectativa, alguns agentes régios elaboraram reproduções pormenorizadas do quadro orográfico, metereológico, hidrográfico, mineralógico, botânico e zoológico da zona. Simultaneamente, portugueses e estrangeiros em escala durante travessias transatlânticas proporcionaram esclarecimentos de teor náutico, astronómico, cosmográfico e topográfico acerca da área circundante nos seus diários de bordo e nas suas impressões de viagem.

Efectivamente, a partir de Quatrocentos a abertura de novos mundos incrementou o desenvolvimento do espírito de exploração e de registo experiencial proto-científico, atitude que fomentou a divulgação de fenómenos inéditos ocorridos no perímetro do golfo da Guiné. Esta demonstração de es-

* Este artigo integra-se numa tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema *As Ilhas do Golfo da Guiné em Setecentos (1700-1750)*, sob orientação do Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos.

** Doutorada em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

panto perante o desconhecido teve como pioneiros o alemão Valentim Fernandes em 1506 e o piloto anónimo em 1545. Nas centúrias seguintes encontrou adeptos, por exemplo, no navegante Jean Barbot ou no escrivão de artilharia Bailly, cujas narrativas remataram as suas breves estadias de 1699 e de 1709, que se desenrolaram no âmbito de um retorno do Calabar à América no caso inicial e no decurso de uma incursão corsária no último¹. Subsequentemente, em 1770, numa conjuntura de reforma do ensino das Ciências Naturais na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, seria a vez do padre Cipriano Mendes, morador na ilha, tomar a iniciativa da organização de expedições de recolha e de classificação de minerais, plantas e animais. Correspondente do célebre botânico Domingos Vandelli, o eclesiástico seria por este incentivado à remessa de amostras destinadas a análise².

Paralelamente, o discurso oficial de referencialidade santomense deixou transparecer a cristalização dos mitos e preconceitos subjacentes à ideologia colonial, tendência materializada nas *Memórias* do ouvidor geral Araújo e Azevedo, escritas por volta de 1720³. Esta foi uma obra paradigmática no tecido textual da autoria de reinóis de etnia caucasiana, membros de uma elite letrada ou aristocrática, vinculados ao projecto nacional de promoção da corrente migratória para aquelas paragens. Com este objectivo, os delegados da Coroa não hesitaram na manipulação informativa, com o móbil da legitimação do empreendimento ultramarino, tendo minimizado situações de insucesso, de privação, de nosologia, de desenraizamento ou de violência. Pretendiam alicerçar a semântica do espaço ilhéu sobre os va-

¹ Cf. Arlindo Manuel Caldeira, *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000; Journal du voyage fait a l'Isle de St. Thomé sous la ligne, par le sieur Bailly, 1709, publ. por id., *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, pp. 231-32; Hélder Lains e Silva, *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1985, p. 53; *Barbot on Guinea. The Writings of Jean Barbot on West Africa 1678-1712*, ed. de Paul Hair, vol. II, London, The Hakluyt Society, s.d.; Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, Lisboa, Vega Ed., 2000, pp. 69-70.

² Cf. Fanny Cunha, Ensino e Difusão das Ciências e das Técnicas de D. João V à Revolução Francesa in *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Universitária Ed., 1991, p. 413-14; Carlos Neves, *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 83.

³ Cf. Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, *Memórias da ilha de S. Tomé, c. 1720 in Mare Liberum*, introd. e notas de Celso Sousa, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n° 4, Dez., 1992.

lores culturais do bloco politicamente dominante, intento expresso através da conceptualização da utopia do império. Este modelo simbólico consubstanciou-se nas temáticas da harmonia multirracial e da miscigenação, encaradas como prova irrefutável do humanitarismo inerente ao processo colonizador. Como estratégia literária, alimentaram o imaginário estético nativista arreigado na metrópole, salientando o pitoresco e o insólito tropicais. Utilizaram recursos líricos de espectacularização dos ingredientes de exotismo e de maravilhoso do arquipélago, idilicamente retratado como um paraíso dotado de uma beleza selvagem, de potencialidades económicas inesgotáveis e de riquezas colossais.

Evidentemente, as relações mais detalhadas do contexto físico dizem respeito à “ilha dourada de Sam Thome”, dado o estatuto de sede administrativa que preservou até 1753. O ângulo de visão comumente adoptado foi o marítimo, captado a partir de embarcações, contingência que se associou ao destaque conferido à faixa costeira. A ilha capital era percebida como uma plataforma circular de rocha basáltica, delineada por angras e por magníficos areais, numa paleta de contrastes que ia do prateado, ao negro e ao coral⁴.

Do mesmo modo, as especificidades de índole climatérica suscitaram comentários da parte dos observadores em arribada. Foi o que aconteceu relativamente à alternância entre a estação seca ou de “gravana”, que em 1770 se calculava estar compreendida entre Junho e Setembro, definindo-se pela incidência dos ventos sul e sudoeste e por temperaturas suaves, e a das chuvas, inserida entre Novembro e Fevereiro, caracterizada por forte humidade, trovoadas e uma atmosfera escaldante⁵. Não obstante, despertaram particular fascínio episódios como a constituição do arco-íris a partir da lua, em cambiantes esbatidos, como que velados por uma “névoa branca”, em conformidade com o depoimento de 1545⁶.

⁴ Cf. Manuel do Rosário Pinto, Relação do Descobrimento da ilha de Sam Thomé [...], 1734, publ. por António Ambrósio in *Studia*, Lisboa, n.ºs 30-31, Ag.-Dez., 1970, p. 232; Francisco Tenreiro, A ilha de S. Tomé (estudo geográfico) in *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 2ª sér., 24, 1961, pp. 4 e 21; Almada Negreiros, *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1895, p. 128.

⁵ Cf. Relação da ilha de S. Tomé, de 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 289; Tenreiro, *A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé*, Lisboa, sep. de Garcia de Orta, vol. IX, 1961, n.º 4, p. 653; Ezequiel de Campos, Mudança na paisagem das ilhas de S. Tomé e Príncipe in *Garcia de Orta. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, vol. VI, 1958, n.º 2, p. 263.

⁶ Cf. Caldeira, *Viagens*, pp. 100-101.

Por sua vez, a morfologia vulcânica aliada a uma activa acção erosiva gerou um relevo vigoroso, marcado pela emergência de cones, pirâmides e cordilheiras de contornos fantásticos. O marinheiro de Vila do Conde posicionou o pico de S. Tomé no âmago do maciço eruptivo centro-oeste, que considerou ascender a um nível incomensurável. Estava envolto numa aura de mistério, sugerida a partir das alegações à sua inacessibilidade, resultante do carácter íngreme das veredas que a ele conduziam, à impenetrabilidade da compacta massa de obó secular que o revestia e à bruma que permanentemente ocultava o seu cume, lendariamente conotada com a presença de neve. Das vertentes das terras altas transbordavam riachos e por toda a parte irrompiam fontes, cujas torrentes se metamorfoseavam em cascatas e lagos, que completavam o cenário da água em movimento que irrigava os solos em redor.

Também as cavernas recônditas estimularam a ficção insulana, consoante o indicia a asserção do corógrafo Cunha Matos à crença ancestral numa cavidade que atravessaria o território de sul a noroeste, desde a ponta do Ilhéu Grande à Diogo Vaz, com uma magnitude que ultrapassaria as seis léguas. Contava-se que o oceano se revolvía num redemoínho no primeiro ponto, que se deslocava na direcção oposta, onde a rebentação se lançava sobre um recife. Por seu lado, o deão Rosário Pinto afirmou a detecção por Fernão Gomes de uma quimérica “pedra viva” a sul de S. Tomé, que se esboroava e tornava a crescer, originando na queda um ruído audível em toda a ilha⁷.

No que concerne aos terrenos, maioritariamente representados pelas tipologias paraferalítica e fersialítica, de acordo com o mestre naval vilandense assumiam frequentemente a aparência de uma argila grossa, de tonalidade ruiva ou sanguínea, adquirindo a consistência de cera mole sob a influência do orvalho. Era-lhes atribuída uma fertilidade prodigiosa, redobrada em circunstâncias de pousio, propício à expansão das “capoeiras”, cujo desbaste exigia a realização regular de cortes e de queimadas. A este propósito, Araújo e Azevedo estimava que os focos silvestres derrubados se recompunham com tanta rapidez que, num prazo de dois anos, recuperavam

⁷ Cf. *Ibid.*, p. 114; Azevedo, *art. cit.*, p. 179; Pinto, *art. cit.*, p. 232; Tenreiro, A ilha, pp. 15 e 21; José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; e na China, e na Oceania*, liv. II, 2ª pte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 12 e 17; Negreiros, *Historia Ethnographica*, p. 134; *S. Tomé et Príncipe*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930, p. 8; Raymundo José da Cunha Matos, *Corografia histórica das ilhas de S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1916, p. 87.

uma densidade inexpugnável. O mesmo ministro recordava a sua participação pessoal numa caminhada na roça Brasil, que implicara a perfuração de trilhas à medida que avançava por entre o emaranhado de brenhas, com uma visibilidade praticamente nula, a ponto de por volta das três horas da tarde estar mergulhado em trevas cerradas⁸.

Para além das formações de dunas e de mangal, erguia-se uma arborização que se estendia quase até ao mar, com a preponderância de categorias endémicas, que causavam admiração pelas monumentais proporções alcançadas, pelo porte vertical dos seus troncos e pela singularidade de não perderem a folha segundo um ritmo sazonal. Entre as que se distinguiam pela grandiosidade do fuste, constavam certamente o ocá, *Ceiba pentandra* Gaertn., o obá, *Mammea africana*, G., Don, o viro-branco, *Scytopetalum kamerunianum*, Engl. e o gógó, *Carapa procera* dc., num patamar superior aos quarenta metros de altura. O limiar entre os vinte e os trinta englobava a socupira, *Pentaclethra Macrophylla* Benth, o pau-azeitona, *Manilkara multinervis* (Bak.), Dubard, a amoreira, *Chlorophora excelsa* (welw.), Benth, e o pau vermelho, *Staudtia kamerunensis*, Warb.⁹. Por outro lado, os forasteiros mostraram-se encantados com a faceta multifuncional e com o aspecto original das cabaceiras, *Adansonia digitata* L., disformes e estranhas, dos palmares de dendém, *Elaeis guineensis* L., com os seus enormes cachos coloridos como cestos cravejados de espinhos, e de coqueiros, *Cocos nucifera*, L., e com o safú, *Pachylobus edulis* Don., usado no ensombramento das roças¹⁰. Significativa-

⁸ Cf. Caldeira, *Viagens*, p. 106; Azevedo, *art. cit.*, pp. 171-72 e 183; Negreiros, *Notice Historico-économique de l'île de San-Thomé et monographie des produits envoyés par cette colonie à l'Exposition Universelle de Paris en 1900*, Paris, Augustin Challamel, Éd. 1901, pp. 13-14.

⁹ Cf. *O Manuscrito "Valentim Fernandes"*, leitura de A. Baião, Lisboa, 1940 p. 127; Caldeira, *Viagens*, pp. 103 e 113; Azevedo, *art. cit.*, pp. 175-78; AHU, *S. Tomé*, cx. 4, doc. 98, Carta de Manuel Pereira de Abreu ao rei, de 3 Jun. 1723; Relação da ilha de S. Tomé, de 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 289; M. Clara de Freitas, *Madeiras de S. Tomé. Características anatómicas e físicas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, pp. 33, 35, 45, 47, 69, 71, 75, 77, 105, 107, 111 e 113; Lains e Silva, *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, pp. 26, 53-55 e 57-58; José Mendes Ferrão, *Flora de S. Tomé e Príncipe. Ácidos gordos e proteínas de algumas sementes*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979, pp. 80-81, 100-1, 103-4; Tenreiro, *A ilha*, pp. 15 e 61; id., *A floresta*, p. 652; Negreiros, *Historia Ethnographica*, pp. 229, 230, 238 e 248; id., *Notice*, pp. 84, 86, 91; Henriques, *ob. cit.*, pp. 69-70; Manuel Ribeiro, *A Província de S. Thomé e Príncipe e suas Dependencias ou a Salubridade e Insalubridade Relativa das Provincias do Brazil, das Colonias de Portugal e de outras Nações da Europa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, pp. 571 e 576.

¹⁰ Cf. Caldeira, *Viagens*, p. 114; Azevedo, *art. cit.*, pp. 173-75; Ferrão, *Flora*, pp. 95 e 101; id., *A aventura das plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992, pp. 173-79, 224-29; Negreiros, *Historia Ethnographica*, pp. 238-39.

mente, até exemplares importados do património mediterrânico tradicional, como a oliveira, *Olea Europea*, L., a figueira, *Ficus carica* L., a videira, *Vitis vinifera*, L., ou o trigo, *Triticum vulgare*, mereceram exclamações de assombro da parte dos visitantes, advenientes da precária ou nula frutificação que logravam e da acelerada degeneração das respectivas sementes. O fracasso da sua transferência reflectiu uma inadaptação à débil luminosidade equatorial, derivada da igualdade verificada entre dias e noites e do nevoeiro persistente¹¹.

Mas, para além da evocação pragmática da flora, articulada com a sua utilidade nutricional, tecnológica ou medicinal, diversos testemunhos traduziram a sua rememoração sensorial, mediante a alusão a cores e a cheiros típicos de uma insularidade africana. Assim, o bispo D. fr. Luís da Conceição comunicou ter ficado surpreendido com o aparato sumptuoso com que fora preparada a cidade, adornada com canteiros aromáticos, e a graciosidade com que fora saudado com ramos de oliveira, por ocasião da sua entrada triunfal em 1744. Anteriormente, Lucas Pereira de Araújo e Azevedo elogiara vistosas trepadeiras, dispostas em latada, bem como variedades botânicas aplicadas na guarnição de altares, em toucados para o cabelo, na confecção de doces de conserva ou, simplesmente, na refrigeração das mãos. Era enaltecido o seu cromatismo exuberante, numa pluralidade que ia do azul, ao roxo, ao carmesim, ao amarelo e ao ebúrneo.

É verdade que múltiplas das flores enunciadas, tanto pelo prelado como pelo desembargador, não foram devidamente identificadas, como objectos de uma vegetação ainda parcialmente sem nome, por essa razão confundidas com espécies oriundas do continente europeu. Foi plausivelmente o que sucedeu com os géneros abusivamente rotulados como cravo, rosa, lírio, jasmim, mangerona, alecrim, angelica, valverde e mangericão, uma vez que em 1789 o capitão-mor João Baptista e Silva elucidava não terem sido até ao momento feitos ensaios de transplantação de cultivares exclusivamente ornamentais¹².

¹¹ Cf. Azevedo, *art. cit.*, p. 172; Caldeira, *Viagens*, pp. 102, 114 e 118; Henriques, *ob. cit.*, p. 70; Lains e Silva, *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, pp. 57, 58 e 178; id., *Nomes vulgares de algumas plantas de São Tomé e Príncipe (Com notas sobre a origem dos nomes e a utilidade das plantas)* in *Garcia de Orta, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Lisboa, vol. VII, nº 2, 1959, p. 307; Tenreiro, *A ilha*, pp. 15, 49, 62 e 91; Negreiros, *Notice*, pp. 82 e 95; Conde de Ficalho, *A Dispersão das Plantas em África e os Portugueses* in *Ultramar. Revista da Comunidade Portuguesa e da Actualidade Ultramarina Internacional*, Lisboa, nº 19, 1965, p. 136.

¹² Cf. Azevedo, *art. cit.*, pp. 172 e 178; BN, cód. 554, fls. 303 vº-304 vº, *Mercurio de Lisboa* de 13 Fev. 1745; Descrição da ilha de S. Tomé pelo capitão-mor Baptista e Silva, de 13 Abr. 1789, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 404.

Em contrapartida, durante a sua estadia de seis anos, Araújo e Azevedo teve oportunidade de reconhecer com rigor uma vasta gama floral, genericamente qualificada como “galante”. Apreciou as chamadas “rozas de gericó”, produzidas todo o ano pela pequena árvore homónima, a *Bixa orellana* L.. O efeito decorativo da sua folhagem, crivada de laivos rubros, era intensificado pelos ramalhetes encarnados e fulvos que a pontilhavam. Não foi inferior o entusiasmo provocado pelas “flores de pao preto”, que germinavam nas ramificações terminais da *Polyalthia acuminata*, Oliv., nos meses de Agosto e de Setembro. Apresentavam tons semelhantes, oscilando entre o marfim e o nacarado, não estando sequer destituídas de um perfume delicioso, tendo sido comparadas ao jasmim italiano. O ouvidor constatou também o crescimento espontâneo, nos recantos sombrios adjacentes às ribeiras, de um tubérculo designado pelos indígenas de açucena ou de cebola-cencê, a *Crinum jagus* (Thomps.) Dandy, equiparado a uma tulipa pálida. Secundariamente, foi notada a cana fístola, *Cassia occidentalis*, L., pela sua afinidade com a giesta, e o quiabo bravo, *Hibiscus esculentus* L., cuja semente esfregada sobre a pele exalava um odor subtil e duradouro, análogo ao do almíscar¹³. Mas, o catálogo da floricultura regional foi ainda ilustrado por Bailly, que exaltou os prados avassaladores, tão viçosos como os da Baixa Normandia, os arruamentos ladeados de beldroegas, *Portucala oleracea* L., e da herbácea denominada em França de “Boas-Noites”, *Mirabilis jalapa* L.. As suas enormes flores alvas e es-carlates, que desabrochavam no crepúsculo como cálices, emitiam um aroma inebriante, que lembrava o do jasmim espanhol¹⁴.

Todavia, a perspectiva telúrica da ilha comportou igualmente uma meticulosa descrição dos animais bravios residentes, em íntima dialéctica com factores cósmicos e cosmológicos do meio envolvente. Entre os pássaros que chilreavam pelas matas luxuriantes, o magistrado setecentista apontou como o mais celebrado o pardal pardo, *Polyospiza rufobrunnea*, Gray, não tendo menosprezado o desempenho do truqui, *Prinia mollerii*, de cauda comprida, que conciliava o canto com um bailado, batendo as asas como se fossem castanholas. Reputava também de melodiosos os gorjeios do estor-

¹³ Cf. Azevedo, *art. cit.*, pp. 177-78; Ferrão, *Flora*, pp. 20, 121-22; Lains e Silva, *Nomes vulgares*, pp. 301 e 318; Lima, *ob. cit.*, p. 11; Negreiros, *Notice*, pp. 84 e 236.

¹⁴ Cf. “Journal du voyage”, p. 232; Lains e Silva, *Nomes vulgares*, p. 305; J. de Vasconcellos, Jalapa in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XI, Lisboa, Verbo, 1971, col. 304; *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, vol. I, Lisboa, Seleções do Reader’s Digest, 1980, p. 539.

ninho fúlgido, *Ornithognatus fulgidus*. Nas margens dos cursos aquáticos voava o ossobó, *Chysococcyx cupreus insularum*, um pisco que exerceu uma função emblemática no fabulário do arquipélago. Sobressaíam pela cintilação das penas o periquito, *Ogaformis pollaria* (L.), verde, de cabeça rubicunda e de traseira multicolor e a sécia, *Treron australis st. thomae*, de um esverdeado furta-cor. Abundavam peças de caça como as rolas, *Torturaena mallerbii* (Ven), os tordos, *Turdus olivaceofuscus xanthorhynchus*, os patos, *Graculus africanus* (Gm.) e as galinhas-do-mato, *Cornatibis olivacea* (Dub). Entre as aves nocturnas contavam-se enormes morcegos, *Cynomictoris stramineus* e *C. brachycephalus*, internados em furnas, corujas, *Tyto alba thomensis*, e mochos, *Otus scops hartlaubi*. Valentim Fernandes e Pinheiro da Câmara, capitão-mor em 1736-37, mencionaram a existência do gato-de-algália, *Civettictis civetta*, do macaco-de-santomé, *Cercopithecus mona*, do rato, *Mus musculus*, e da mortífera cobra negra, *Naja melanoleuca*¹⁵.

Por seu lado, a costa do Príncipe deve ter deslumbrado as tripulações dos navios que a abordaram, pelas suas minúsculas baías e esplendorosas praias de matizes argênteos ou acobreados. Ao longe, as serranias escarpadas eram o palco de uma espessa floresta, serpenteada por turbulentas vias fluviais e habitada pelo ruído do papagaio cinzento, *Psittacus erithacus*, de rabo carmim ou mais raramente branco, pelo rouxinol, *Horizorhinus dohrni*, e por uma multidão de símios vermelhos, admirados pelo seu divertido repertório de habilidades mímicas, apesar do aspecto repulsivo e do cheiro desagradável que exalavam.

Nos bosques o francês Jean Barbot sublinhou a proliferação da afaçada “Belle de Nuit”, cuja fragrância delicada se propagava na obscuridade dos campos, conferindo-lhes uma peculiar magia. No entanto, a estes atractivos o mesmo viandante contrapunha a inclemência de um clima em que o tempo da ventania se intercalava ciclicamente com o das trovoadas. Neste último período deflagravam violentas tempestades, no decorrer das quais uma nebulosidade escura toldava os cumes mais eminentes, a pluviosidade era contínua, avolumando os leitos hidrográficos, as ondas revoltavam-se e o estrondo dos trovões ecoava pelos precipícios e pelas grotas, numa sonoridade agreste e aterradora.

¹⁵ Cf. Azevedo, *art. cit.*, pp. 178-79; Descrição do arquipélago pelo ex-capitão-mor Gaspar Câmara, de 15 Out. 1766, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 229; Lains e Silva, *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, p. 70; Negreiros, *Notice*, pp. 95, 103-4; F. Frade, S. Tomé - Fauna in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XVI, Lisboa, Verbo, 1974, col. 1452; Ribeiro, *ob. cit.*, p. 609.

Um panorama identicamente claustrofóbico do aglomerado de Sto. António foi traçado pelo comandante de uma corveta da Companhia do Grão Pará e Maranhão, Félix Baptista, em 1770. Este realçou a sua dimensão de insularidade, através da figuração da geografia vivencial numa óptica psicológica de isolamento. Com este fito acentuou a restrita extensão da planície onde se inscrevia o casario, encravada entre o rio Papagaio, o dos Frades e a barreira oceânica, em antagonismo com a sublimidade das falésias e dos morros, a profundidade das ravinas e a imponência da cortina de obó-capoeira. A sensação de clausura era reforçada pelo calor asfixiante que se fazia sentir, agravado pelo diminuto influxo da brisa¹⁶.

Quanto a Ano Bom, foi comparada pelos capitães navais e por altas patentes militares setecentistas que a avistavam do exterior a uma montanha arredondada, muito elevada e de reduzida amplitude. Um olhar à distância com as condições adequadas, permitia visualizar a norte o pico principal, atingindo cerca de um quilómetro de altitude. Aureolado por uma lagoa, era a nascente de numerosos regatos cristalinos que corriam pelos penhascos que orlavam uniformemente a ilha, hidratando os seus vales, nos quais medravam tufos arbustivos, com a prevalência do algodoeiro. Assinalava-se ainda um majestoso grupo de fruteiras, pontuado pelas frondosas copas dos tamarindeiros, *Tamarindus indica* L. que, com a sua floração áurea incandescente, guarneciam as azinhagas, a par dos coqueiros e das laranjeiras, que deram o título ao morgado. Por seu lado, a fragosidade dos rochedos e o conturbado regime de marés obstruíam as aportagens com um índice de segurança mínimo, exceptuando uma pequena enseada a norte, fronteira ao povoado, vissicitude que limitava as possibilidades de aguada à foz do riacho de S. João, nas suas imediações¹⁷.

Finalmente, Fernando Pó foi sintomaticamente apelidada de “Formosa” pelos seus descobridores, inspirados na sua paisagem. À invulgar-

¹⁶ Cf. Azevedo, *art. cit.*, pp. 178-79; Descrição do arquipélago pelo ex-capitão-mor Gaspar Câmara, publ. por Neves, *ob. cit.*, pp. 228-31; Relação da viagem da corveta N^o Sr^a da Oliveira ao arquipélago em 1770, *ibid.*, pp. 279-85; Descrição da ilha do Príncipe de 1770, *ibid.*, pp. 290-91; *Barbot*, pp. 722-23; Tomaz Ribas, A ilha do Príncipe. Breve memória descritiva e histórica in *A Ilha do Príncipe. Síntese Estatística da Província de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1963, pp. 4 e 7; Frade, S. Tomé - Fauna, col. 1452.

¹⁷ Cf. *Barbot*, p. 742; Descrição das viagens do capitão-mor Gomes Ferreira ao arquipélago, em 29 Out. e 3 Nov. 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, pp. 271-78; Relação da viagem da corveta N^o Sr^a da Oliveira ao arquipélago, *ibid.*, pp. 279-85; Carta do governador Luís Lisboa ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, de 27 Ag. 1806, *ibid.*, p. 445; Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 61-62; Ferrão, *Flora*, pp. 90-91; C. Matos, *Corografia*, p. 87.

dade do seu recorte litoral e ao cariz extraordinariamente acidentado do seu interior, onde se intermediavam outeiros, várzeas e planaltos incrustados de núcleos lacunares que se despenhavam, adicionava-se um estrato de flora e de fauna similares aos da África ocidental. Contudo, seria precisamente a proximidade excessiva desta superfície terrestre a inviabilizar a ocupação lusitana, em consequência da instalação prévia de autóctones de potentados vizinhos e da vulnerabilidade da ilha a ataques da mesma procedência. Estes inconvenientes conjugaram-se com a sucessão de fases de precipitação impetuosa, acompanhada de ventos quentes portadores de poeiras continentais, num ambiente tórrido¹⁸.

Os núcleos urbanísticos de S. Tomé, do Príncipe e de Ano Bom

A génese urbanística de S. Tomé iniciou-se com um fracassado estabelecimento a noroeste, na angra de Água Ambó perto de Ponta Figo, conduzido pelo primeiro capitão-donatário: João de Paiva, em 1486. Esta experiência materializou-se na fixação de um reduzido número de choupanas destituídas de solidez, em torno de uma ermida consagrada ao orago de N^a Sr^a do Cabo, onde viria a constituir-se a paróquia de N^a Sr^a das Neves e o albergue de Sto. Elói, lugar de estacionamento de missionários em viagem para o Congo. Posteriormente, um grupo pioneiro presidido pelo seu sucessor Álvaro de Caminha fundou a chamada “povoação” junto à ampla baía de Ana Chaves. Promovida a vila por D. Manuel e a cidade por D. João III em 1535, foi decretada cabeça de diocese por volta de 1550.

A escolha foi determinada por critérios climatéricos e de relevo, relacionados com o menor índice de humidade apresentado pela encosta nordeste e com condições de exposição solar favoráveis e de protecção da incidência dos ventos lés-nordeste. Tanto o regime eólico como o de correntes oceânicas converteram o porto, embutido a leste, numa escala de navegação táctica no âmbito da rota do hemisfério sul, embora as arribadas fossem dificultadas pela linha excessivamente baixa da plataforma rochosa litorânea. O cariz geoestratégico do entreposto do golfo da Guiné

¹⁸ Cf. José António Caldas, *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, Bahia, Tip. Beneditina Lda., 1951, p. 493; Tenreiro, A ilha, pp. 15, 51, 89; Caldeira, *Viagens*, p. 79, nota 56; M. Teresa Silva, *Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1998, pp. 149-51; Ribeiro, *ob. cit.*, p. 68.

conferiu-lhe um papel espontâneo de apoio ao resgate, propício ao abastecimento de artigos importados, conquanto se encontrasse suficientemente afastado do continente para a salvaguarda dos riscos de potenciais ataques autóctones africanos. A área limítrofe reunia os requisitos topográficos imprescindíveis à implementação de um sistema defensivo, pelo recurso a duas colinas adjacentes à superfície habitada. Por sua vez, a vasta rede hidrográfica protagonizada pelo Água Grande irrigava os férteis campos circunvizinhos, que consubstanciavam um precioso manancial de víveres¹⁹.

Numa fase preliminar a apropriação espacial assumiu uma orientação linear, tendo-se catalizado na Rua Grande ou Direita, hierarquicamente dominante, que se estendia longitudinalmente junto à costa. Atravessada por uma ponte, recuperada em pedra pelo governador José Pinheiro da Câmara, ligava o porto, a poente, afecto à rua do Espalmadouro, onde se desenrolavam as actividades económicas vitais, ao primeiro conjunto arquitectónico significativo, enquadrado entre 1492 e 1504 a nascente. Como cenário cívico e devocional por excelência, este tecido englobava a matriz de N^a Sr^a da Graça, em cujas traseiras se posicionava a sua derivada de S. Francisco, depois dedicada a Sto. António, nas redondezas da torre do capitão que, por seu lado, se confrontava com a Misericórdia, sita ligeiramente a norte, na periferia da praia. Remontam igualmente aos primórdios da colonização o templo do Senhor Deus Padre, e o de Sta. Ana, respectivamente a uma e a duas léguas de distância do centro, coroando o morro da Trindade e um cômodo da praia do Almojarife, aos quais se adicionou o de N^a Sr^a de Guadalupe, nas cercanias do Rio de Ouro. Obviamente, estes pólos de referência contribuíram decisivamente para a evolução morfológica do território, designadamente pela emergência de terreiros confinantes às suas arcadas. Estes circuitos vazios, ao ar livre, configuraram os embriões de futuros largos de carácter civil, eclesiástico ou comercial, articulados com as mais notáveis artérias regionais, tendo sido o fulcro de intensa gravitação social, de manifestações e de festividades.

¹⁹ Cf. Ambrósio, *Subsídios para a História de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 170; Pinto, *art. cit.*, pp. 235, 238, 270 e 277; Caldeira, *Viagens*, p. 103, nota 109; Relação da viagem da corveta N^a Sr^a da Oliveira ao arquipélago, em 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 283; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 146, 149-50, 156, 169-70, 191, 193, 194, 200, 202, 208, 223-24, 227; Lima, *ob. cit.*, p. 13; C. Matos, *Compêndio histórico das possessões da coroa de Portugal nos mares e continentes da África oriental e ocidental*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Arquivo Nacional, 1963, pp. 150 e 156; Henriques, *ob. cit.*, p. 27.

No entorno da pousada familiar do capitão, aproveitada como baluarte e como arsenal de bens da propriedade régia, alicerçou-se o primitivo módulo residencial. A acreditar nos depoimentos de Valentim Fernandes e do piloto anónimo, entre o dealbar e os meados de Quinhentos, o total de fogos triplicou, tendo ascendido do patamar dos duzentos e cinquenta para o dos seiscentos a setecentos. De factura rudimentar, inteiramente fabricados de madeirame e dotados de um ou de dois sobrados, la-deavam a álea em banda contínua, não carecendo sequer de verdejantes pátios nas traseiras, estando separados do bloco da Santa Casa por uma viela com vista para o mar²⁰.

Durante a segunda metade do século XVI, num contexto de acelerado desenvolvimento da exportação sacarina e escravagista, registou-se uma expansão do incipiente aglomerado. Vocacionado para o expediente do tráfico, cresceu predominantemente na faixa do cais, onde foram criadas a alfândega e a feitoria, presumivelmente antes do fim daquela centúria, e onde se sedimentaram loteamentos compostos por armazéns aduaneiros, empregues sobretudo no resguardo do açúcar, que avançavam pela rua Direita rumo a nascente. Amalgamavam-se numa organização de quarteirões rectangulares compridos, entrelaçados por uma teia de estradas e de travessas paralelas, de que são exemplo as da Alfândega, do Município ou do Pelourinho. O seu traçado denota uma intencionalidade de planeamento de influência europeia medieval, documentalmente comprovada por regimento de 1493, realidade que aproxima esta ilha das suas pares atlânticas.

Aliás, como vector unificador e regenerador por excelência, gradualmente a rua Grande foi acolhendo outras células administrativas, como a cadeia e a autarquia, esta detentora de alojamento pelo menos desde 1516. Na frente marítima ergueu-se, entre 1566-75, aquela que viria a ser a maior fortaleza da ilha, empreendimento impulsionado pelo recrudescimento da pirataria, agregado a uma capela de S. Sebastião, que preservou

²⁰ Cf. M. Silva, *ob. cit.*, pp. 210-11, 217-18, 225-28, 266-68, 276; *O Manuscrito de "Valentim Fernandes"*, pp. 122 e 125; Luís de Albuquerque, dir. de, *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Publ. Alfa, 1989, p. 21; Cristina Serafim, *As ilhas de São Tomé no Século XVII*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 41; Pinto, *art. cit.*, pp. 283 e 327; C. Matos, *Compêndio*, pp. 154-56; Negreiros, *Historia Ethnographica*, p. 128; Walter Rossa, A cidade portuguesa in *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 251 e 254; AHU, S. Tomé, cx. 5, doc. 73, Requerimento do desembargador Azevedo e Alvelos, de 28 Mar. 1713; *ibid.*, cx. 7, doc. 12, Certidão de Justificação, de 4 Maio 1739.

no seu interior, e face a outra da mesma invocação. Concomitantemente, à semelhança do ocorrido noutras cidades portuguesas, os arredores de S. Tomé foram sendo salpicados por novos círculos de culto, que estimularam a densificação da presença humana. Foi o caso do Real Hospício de Sto. António adossado à igreja de S. Francisco e da de N^a Sr^a da Conceição, erigida entre 1495 e 1521. Nos arrabaldes foram surgindo, na recta final da centúria, a sua congénere de S. João Baptista na extremidade poente da marginal, a de Sto. Amaro, no termo da terra, e a da Madre de Deus, num cerro a um quarto de légua da mesma, palco de peregrinação.

Entretanto, as freguesias extramuros da Santíssima Trindade, de Sta. Maria Madalena, de Sta. Ana, de N^a Sr^a de Guadalupe, de N^a Sr^a das Neves e de Sto. Amaro, instituídas por D. Manuel, tinham alcançado uma progressiva consolidação, nos enclaves sobranceiros às fazendas onde haviam nascido. A sua coesão fora atingida no grémio do correspondente santuário, que sobressaía da vegetação tropical pela proeminência e, eventualmente, pelas paredes brancas, ornado de um adro e vinculado a uma alameda principal, repleta de cubatas²¹.

Finalmente, no decorrer da primeira metade de Seiscentos, S. Tomé foi alvo de um movimento de modernização funcional e estético, que se reflectiu na regulamentação da segurança e da sanidade colectivas, na sequência da divulgação do conceito de urbe ideal renascentista. A busca de soluções formais utilitárias resultou ainda do objectivo de garantia da executabilidade das imposições do aparelho de estado absolutista, numa acção concertada entre as instâncias lisboetas e as vereações insulanas. Neste sentido, a ocupação da ilha foi congeminaada em consonância com o padrão luso-atlântico, em voga desde Quatrocentos e Quinhentos. O seu ordenamento disciplinou-se, mediante a opção por um reticulado de quadras intercaladas, muitas vezes em ângulo recto, por eixos de geometria nitidamente ortogonal. Esta malha assumiu uma dimensão radio-concêntrica, traduzida numa disposição em estrela, observável na planta elaborada pelo governador João Rozendo Tavares Leote na última metade do século XVIII e perceptível na própria toponímia. Assim, partindo da Rua Direi-

²¹ Cf. Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 172-73 e 175; Pinto, *art. cit.*, pp. 235 e 274; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 140, 191, 220, 226, 232-34, 237, 240-43 e 274-75; Descrição da cidade de S. Tomé em 8 Fev. 1615 in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. VI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, doc. 61, p. 190; AHU, *Cartografia Impressa*, n^o 239, Planta da “Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889”; Neves, *ob. cit.*, pp. 285-88; C. Matos, *Corografia*, p. 125; id., *Compêndio*, p. 153; Negreiros, *Historia Ethnographica*, p. 128; Lima, *ob. cit.*, p. 44; Tenreiro, A ilha, pp. 203 e 207.

ta, emblematicamente cingida pelos núcleos de S. Sebastião e de S. João, irradiavam as suas homónimas de Sto. António, da Madre de Deus e de N^a Sr^a da Conceição. A mesma tendência de regularização pressupôs a adopção de parâmetros mais rigorosos no respeitante à volumetria das vias, à distribuição dos prédios e uma melhor definição dos rossios da Catedral, da Conceição, de S. João, da câmara, da alfândega, e, plausivelmente, da feira.

Desde as margens da regato até ao interior, foram-se destacando pontos religiosos e entrincheirados que concorreram para a extensão e para a estabilização do corpo edificado. Nos prelúdios de Seiscentos a sua envolvência abarcou a ermida de S. Tiago, à qual seria anexado o convento dos eremitas descalços de Sto. Agostinho, inaugurado em 1691 e renovado quatro anos depois. Mais longe surgiram as suas similares de N^a Sr^a do Rosário dos Homens Pretos, de S. Miguel Arcanjo, de N^a Sr^a do Bom Despacho ou de Belém e dos Santos Reis Magos. Identicamente, datam de 1613-14 o reduto de S. Jerónimo, nas imediações da praia Pequena, e dos meados da centúria o do Picão de N^a Sr^a da Graça, nunca concluído, ambos coincidentes com uma conjuntura de reforço da hegemonia dos Países-Baixos. É, aliás, verosímil que a dilatação e o restauro do perímetro concelhio tenham sido dinamizados por desastres como o violento incêndio que o dizimou em 1585, o motim liderado pelo negro Amador em 1594 ou o assalto e a invasão de corsários holandeses em 1600 e em 1641²².

Outro estilo de factores fundamentou a proposta de deslocação da capital para o sítio de Cabo Verde, no Monte d'El Rei, alvitrada nas instruções ao governador D. Francisco Telo de Menezes em 1610. Entre os inconvenientes mais alarmantes imputados à localização até então vigente salientava-se a acumulação de solos lodosos em ambas as bordas do veio aquático, problema acentuado pela sua topologia plana, circunscrita por dois outeiros, sobretudo na época das chuvas. Também a poluição atmosférica e o cheiro desagradável exalado pelos reservatórios de

²² Cf. Descrição de S. Tomé, de 8 Fev. 1615, p. 190; Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Out. 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife in Gaspar Barlaeus, *História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil*, Recife, 1980; AHU, *Cartografia Manuscrita*, n^o 170, Planta da Baía de Ana Chaves, de 16 Dez. 1646; *ibid.*, n^o 176, Plano da Baía de Ana Chaves, de 1788-1796; Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 172 e 174; Pinto, *art. cit.*, pp. 245-46 e 277 e 286; Serafim, *ob. cit.*, p. 41; Neves, *ob. cit.*, pp. 285-88; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 172, 192, 239, 246-56, 257-64, 272 e 277; C. Matos, *Compêndio*, pp. 134, 152 e 156.

açúcar justificaram o intento de mudança, que nunca seria todavia concretizado²³.

Com efeito, na alvorada de Setecentos S. Tomé adquirira já uma identidade própria, plasmada nos moldes do tradicional modelo ultramarino português, pela conjugação de técnicas e de materiais europeus e africanos. Nesta conformidade, mantinha-se a massa de casario quase unicamente produzida em sólido tabuado nativo toscamente talhado, no cerne da qual ressaltavam alguns raros espécimes apetrechados de dois andares ou de telhado e um cômputo ainda inferior em pedra e cal. Volvida a primeira metade da centúria, o aspecto global captado da enseada era o de uma campina cercada de pântanos e de charcos, preenchida por minúsculas roças, em redor de um intrincado de casebres que José António Caldas, um dos melhores profissionais da Aula Militar da Baía, considerou deficitariamente ordenados na década de cinquenta. Apenas os organismos oficiais e os campanários, expressão simbólica do poder político-clerical, se recortavam dos verdes e ocres da floresta equatorial, imprimindo à paisagem uma nota de alvura e de grandiosidade.

É verdade que o estado de ruína não poupou sequer monumentos como as Casas Reais da Torre, os baluartes de S. Jerónimo e de S. Sebastião, a Sta. Casa da Misericórdia ou o mosteiro de S. Tiago, adversidade radicalizada com a incursão francesa de 1709. Não obstante, não faltaram intervenções esporádicas não só de reciclagem, mas de aditamento de imóveis de vulto. Entre estas contou-se a elevação do palácio episcopal no Arraial, o conserto da igreja de N^a Sr^a da Conceição e a reconversão em alvenaria da de Sta. Maria Madalena pelo bispo Sahagum em 1718 e da de Sto. Amaro pelo magnate José Monteiro de Carvalho em 1743. Constatou-se, ainda, a inclusão de raiz das de N^a Sr^a da Boa Morte pelo tesoureiro-mor da sé Jerónimo de Andrade Pimentel em 1700, do Senhor Jesus do Bom Fim pelo coronel Francisco de Alva Brandão na sua fazenda Mesquita em 1754 e do Sr. Jesus de Benças pelo arcediago Leandro da Costa Cravid em 1770. Simultaneamente, consumou-se a aglutinação da agência aduaneira ao piso térreo do paço governativo nos anos trinta e do forte de S. José ao cabo Verde em 1756.

Certamente, a vertente erudita das obras exigiu o apelo, nem sempre plenamente atendido, à participação de arquitectos pertencentes a ordens eclesiásticas e de engenheiros com preparação beligerante, dada a premência de execução de inspecções, levantamentos cartográficos, me-

²³ Cf. Serafim, *ob. cit.*, pp. 34-35.

dições e orçamentos. Assim, o saber pragmático oralmente transmitido entre os mestres que supostamente deveriam dirigir as empreitadas foi fortuitamente completado pelo de peritos como o comissário geral dos agostinhos descalços, fr. Manuel de S. João Baptista, ou o supracitado engenheiro Caldas, nos decénios de vinte e de cinquenta²⁴.

Em contrapartida, no Príncipe perdurou um ambiente de mais intensa ruralidade, pelo menos até 1753, data da trasladação da sede do arquipélago para Sto. António, à qual foi então outorgado o foro de cidade²⁵. A pequena península integrava-se no vale fronteiriço ao porto, direccionada a leste, estando compreendida entre a caudalosa ribeira Papagaio, a lesueste, proveniente da serra do mesmo nome, e a dos Frades, a oesnoroste. Esta era transponível através de uma ponte suportada por um vigaumento de pau-azeitona, substituído por um precário esteamento de coqueiro na década de cinquenta. O terreno aluvial estava permanentemente sujeito a inundações durante os meses de maior precipitação, as quais ameaçavam o complexo domiciliário de derrocada. A visibilidade estava bloqueada pelos picos elevados revestidos de compacta vegetação que a rodeavam, para além dos quais a circulação pedestre era inviável.

De acordo com o testemunho de Jean Barbot, no início de Setecentos a vila revelava um desenho simples, interceptado a toda a largura por duas avenidas simétricas, a da Matriz e a Direita, à beira-mar. Ambas estavam demarcadas a este e a oeste pelas mencionadas linhas fluviais e interseccionadas na perpendicular, a oeste, por uma terceira: a da Armação. Convergiam na praça do pelourinho, onde estava instalada a câmara, cuja remodelação de 1716-17 previa a aposição de uma saliência na fachada, destinada a servir de corpo da guarda. Na sua dianteira foi estatuída a realização de um mercado

²⁴ Cf. Azevedo, *art. cit.*, pp. 170-71; Pinto, *ob. cit.*, p. 325-27; Caldas, *ob. cit.*, pp. 519-20; Ambrósio, *ob. cit.*, p. 145; C. Matos, *Compêndio*, pp. 150 e 154-55; AHU, S. Tomé, cx. 59, doc. 46, Carta de D. João V ao governador de S. Tomé, de 9 Out. 1709; *ibid.*, cx. 4, doc. 29, Bando camarário, de 17 Jun. 1711; *ibid.*, doc. 116, Petição do comissário geral dos agostinhos descalços em S. Tomé ao rei, ant. a 2 Set. 1724; *ibid.*, cx. 6, doc. 67, Certidão de vistoria do almoxarife Caetano Coelho e de mestres de obras, de 8 Ag. 1737; *ibid.*, doc. 69, Representação do governador Soto Maior à Coroa, de 3 Set. 1737; *ibid.*, cx. 7, doc. s. n.º, Cons. do Cons.º Ultr.º de 14 Maio 1723; *ibid.*, doc. 45, Certidão de uma portaria de 9 Jan. 1740; *ibid.*, cx. 9, doc. 62, Processo de eleição de um engenheiro na Baía, de 7 Nov. 1755; id., cód. 489, fl. 234 v.º, Ordem régia ao provedor da Fazenda de S. Tomé, de 9 Mar. 1711; id., cód. 143, fl. 108 v.º, Ordem de D. José I ao vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos, de 21 Ag. 1755.

²⁵ Cf. Decreto de 29 Out. 1753; Alvará de 15 Nov. 1753 in *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 426.

diário, por postura de 1758. Secundariamente, esboçavam-se travessas, numa planimetria geral caracterizada pela descontinuidade.

Nos limites oeste e este da Rua da Matriz defrontavam-se o templo de N^a Sr^a da Conceição e o de Sto. António, ao qual em 1693 foi assimilado o monastério franciscano, cuja vedação estava dignificada por uma cruz. A meio deste itinerário principiava a rua da Misericórdia, que dava acesso aos recintos hospitalar e oratório daquela entidade. Perto da paliçada da citada congregação, no limiar este da rua Direita, foi inscrita a alfândega, com a correspondente arrecadação, por resolução do governador Bento de Sousa Lima, à qual foram associados o corpo da guarda e a cadeia, alvo de um projecto de reforma inconsequentemente preconizado pelo desembargador Araújo e Azevedo numa correição à ilha no começo do século XVIII. Por outro lado, a oeste da rua da Praia situava-se o santuário de N^a Sr^a dos Prazeres, anterior a 1762. Separado da vila pela torrente, encontrava-se desde 1695 o bastião da Ponta da Mina, munido de capela, cuja construção foi supervisionada por um engenheiro.

Para lá da Santa Casa, alongava-se a rua do Rosário que fazia a trajectória até esta confraria, cortada a meio pela rua Nova, que em 1674 se encontrava em estado de semi-abandono, sendo explorada para extracção de barro. Aliás, na década de quarenta da centúria seguinte esta vicissitude agravara-se, confirmada a sua desertificação e infestação de matagal, motivo de uma deliberação de transferência das tabernas clandestinas mais recônditas para a sua orla. No seu prolongamento alastrou a rua de S. Gregório, que desembocava na irmandade daquele santo que, tal como a sua homóloga dos Homens Negros, incentivou a sua frequência.

Naturalmente, as mansões mais sumptuosas concentravam-se na zona nobre, especialmente na rua Direita, fórum da vida cosmopolita, ostentando gelosias e sacadas com escadaria, em sintonia com o arquétipo metropolitano. Vulgarmente confeccionadas em amoreira, assentes sobre estacaria de azeitona, poucas foram lajeadas até meia altura ou sequer cobertas de telha. Iguamente cobiçada foi a rua da Armação, que em 1713 se encontrava super-lotada, em virtude da edificação não licenciada ou desalinhada, em interferência com o tráfego de veículos e de pessoas, abuso reprimido pelas autoridades concelhias pela cominação de coimas.

Como possivelmente sucedia em S. Tomé, a limpeza dos espaços comunitários implicou a cooperação compulsiva da população, coordenada por agentes edilícios. Entre os caminhos reais que contornavam vivendas privadas nos subúrbios enumeravam-se os da Ponte, do Picão, do Mato Rosado, das Pedras Furadas, do Ulheo, do Portinho, da Praia dos Negros e a

Estrada Geral. A sua transitabilidade era ciclicamente fiscalizada, para detecção de perturbações provocadas pela propagação do mato, pela queda das árvores que guarneciam os quintais, entre as quais as bananeiras, os mamoeiros e os coqueiros, ou pela deambulação descontrolada de suínos.

No que concerne às diligências de construção civil, implicaram a colaboração das companhias de ordenanças, e casualmente, dos juizes dos officios de carpinteiro e de pedreiro, para além de oleiros. No entanto, os profissionais do sector eram inegavelmente insuficientes na ilha, consoante se infere da contratação de serventes da Baía para proporcionarem assessoria ao engenheiro Caldas, mandatado em 1756 para elaboração dos estudos inerentes à implantação de um reduto na Ponta de Sta. Ana, por sugestão do capitão-general Soto Maior. Com este móbil, José António fez debuxos detalhados do povoado em 1757, que nos dão uma imagem estruturalmente equiparável à que patenteara nos primeiros anos do século. Não estiveram, contudo, ausentes alterações de pormenor sofridas em virtude da investida gálica de 1706, durante a qual foi abrasada e fulminados os órgãos de gestão nevrálgicos, e da devastação pelas chamas da maioria das estâncias particulares em 1747, dada a sua propensão combustível²⁶.

²⁶ Cf. *Actas da Câmara de Santo António da ilha do Príncipe*, I, 1672-1777, introd. de F. Castelo-Branco, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 1, 6, 51, 92-93, 107, 161, 164-66, 169, 187, 202, 210, 220, 238, 330, 359, 385, 394-95, 428, 494-95, 506, 512, 568, 581, 589, 629, 631-32, 639, 648, 677, 680, 682, 695 e 763; *Barbot*, pp. 722 e 730; Caldas, *ob. cit.*, p. 524; AHU, *S. Tomé*, cx. 5, doc. 27, Certidão de Justificação a D. Antónia Pires, de 23 Out. 1726; *ibid.*, cx. 9, doc. 62, Processo de eleição de um engenheiro na Baía, de 7 Nov. 1755; *ibid.*, doc. 109, Carta do governador Mota e Melo ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, de 10 Nov. 1758; *id.*, cód. 489, fl. 212 vº, Carta do rei ao ouvidor geral de S. Tomé, de 27 Nov. 1707; *id.*, cód. 1492, fl. 18, Representação das ordenanças do Príncipe ao rei, de 20 Fev. 1730; *id.*, cód. 143, fl. 108 vº, Ordem de D. José I ao vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos, de 21 Ag. 1755; *id.*, *Cartografia Manuscrita*, S. Tomé, nº 174, Planta Iconográfica da Cidade de Santo António na Ilha do Príncipe, pelo engº José Caldas, de 16 Maio 1757; Serafim, *ob. cit.*, pp. 43-44; Descrição do arquipélago pelo ex-capitão-mor Gaspar Câmara, de 15 Out. 1766, publ. por Neves, *ob. cit.*, pp. 228-31; Carta do ouvidor Caetano de Mesquita ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, de 24 Fev. 1771, *ibid.*, p. 334; Ofício do vice-rei do Brasil a Diogo de Mendonça Corte Real, de 23 Ag. 1756, publ. por Eduardo de Castro e Almeida, *Inventario dos documentos relativos ao Brazil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, vol. I, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1913, p. 153; Carta do engº Caldas ao vice-rei do Brasil, de 15 Out. 1756, *ibid.*, p. 166; Henriques, *ob. cit.*, p. 99; C. Matos, *Compêndio*, pp. 163-65; Lima, *ob. cit.*, pp. 31-35; F. Castelo-Branco, S. Tomé nos meados do século XVIII in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Jan.-Fev., 1969, nºs 523/524, pp. 68-69; M. Lurdes Janeiro e J. Fernandes, A cidade na “África Portuguesa”. Século XIX - Primeira Síntese in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 845.

Quanto a Ano Bom, com um raio de sete léguas segundo estimativa de 1770, dispunha exclusivamente de um aldeamento, inserido numa desafogada clareira, aberto junto ao ancoradouro através do desbaste parcelar da arborização ancestral, fomentado pela necessidade de fornecimento de lenha aos engenhos santomenses. No promontório do Calvário, na localidade da Praia, foi originariamente introduzida uma fortaleza, subsequentemente destruída por representantes dos Países Baixos, que conservou porém a antiga bandeira lusitana com a divisa da cruz de Cristo. A planície, descrita por Barbot como delineada por um muro de turfa, era sulcada por ruelas preponderantemente estreitas, debruadas de moradias de madeira aureoladas de capim, de folha de coco ou de palma, que exibiam crucifixos no exterior. A mesma tipologia rústica foi aplicada à matriz de N^a Sr^a da Conceição, à Misericórdia e ao abrigo capuchinho²⁷.

Evidentemente, todo o arquipélago foi ainda conturbado durante este período pela inexistência das mais primárias infra-estruturas de esgotos e de remoção de lixos. Efectivamente, em S. Tomé era no Água Grande que era evacuado todo o género de imundícies por escravos e por animais que aí afluíam quotidianamente. Esta contingência prejudicava inevitavelmente a qualidade e a higiene da água potável disponível, embora esta pudesse ser extraída de outras fontes e episodicamente angariada por ilhéus em cisternas pluviais. Aliás, no Príncipe o riacho dos Frades foi analogamente transformado num foco infeccioso de lançamento de detritos, exalando em 1749 um odor reputado de insuportável pelo superior da missão italiana, fr. Filipe de Todi, apesar das posturas proibitivas do despejo de entulhos no seu percurso.

Também a iluminação pública, em vigor no reino desde 1780, foi negligenciada nas ilhas do golfo da Guiné, onde a escuridão da noite propiciava a eclosão de tumultos e a perpetração de crimes num panorama de impunidade, em que a segurança era relegada para a responsabilidade individual. Mesmo a colocação de luminárias de azeite de palma nas varan-

²⁷ Cf. *Barbot*, p. 745; Declaração de alguns moradores de Ano Bom sobre a rebelião dos seus habitantes, de 11 Fev. 1771, publ. por Neves, *ob. cit.*, pp. 324-25; Descrição das viagens do capitão-mor Vicente Ferreira ao arquipélago, em 29 Out. e 3 Nov. 1770, *ibid.*, pp. 271 e 273-74; Carta de fr. Luís de Castro ao rei, de 30 Nov. 1778, *ibid.*, pp. 375-76; Carta dos cônegos António Monteiro e Gregório das Neves ao rei, de 20 Dez. 1770, *ibid.*, p. 279; Relação da viagem da corveta N^a Sr^a da Oliveira ao arquipélago em 1770, *ibid.*, p. 281; Termo de contumácia dos moradores de Ano Bom, de 11 Fev. 1771, *ibid.*, p. 326; Carta do secretário de Estado da Marinha e Ultramar a D. Francisco Inocêncio, embaixador de Port. em Madrid, de 1779, *ibid.*, p. 386; C. Matos, *Corografia*, p. 87; *id.*, *Compêndio*, p. 218.

das parece ter-se restringido a ocasiões solenes, como as procissões nocturnas. Em compensação, o pôr-do-sol era assinalado pelo tanger do sino, que indicava a hora do recolher obrigatório, após a qual a lacuna de mecanismos de vigilância eficazes tornava as saídas perigosas e suspeitas²⁸.

O património arquitectónico significativo e o correspondente acervo móvel

Na malha urbanística do arquipélago diversos edifícios se notabilizaram pela actividade administrativa, militar ou religiosa desenvolvida, pela envergadura alcançada e pela aplicação da alvenaria, mesmo que aparelhada no reino, em resposta a uma aspiração de perdurabilidade²⁹. Imbuídos de um significado especial, conotado com o interesse público, influenciaram a evolução do assentamento em que se inseriram, tendo fomentado a ocupação do espaço em seu redor. Nestas circunstâncias, tanto em S. Tomé como no Príncipe ou, mesmo, em Ano Bom fortalezas, matrizes, complexos de suporte aos conventos e às confrarias e, eventualmente, secções camarárias emergiram do aglomerado, que para eles convergia ou deles irradiava.

Naturalmente, na capital da colónia a torre do capitão foi uma obra paradigmática, congeminaada por Álvaro de Caminha entre 1492-93. Pela sua versatilidade, proporcionou habitação ao consignatário régio e ao seu séquito, tendo consistido num depósito de mercadorias de elevada cotação e na cidadela em regime de exclusividade até 1566. Segundo Valentim Fernandes, apesar de apresentar cobertura e pilares provisórios, contava três sobrados e um muro de adobe, que lhe conferiam um carácter supostamente definitivo. A presença de uma paliçada na sua envolvência atraiu desde logo a fixação humana e a dos armazéns de açúcar, movimento incentivado pela proximidade da ribeira e pela busca da protecção das autoridades³⁰.

²⁸ Cf. AHU, S. Tomé, cx. 4, doc. 29, Auto de devassa ao ouvidor geral Azevedo e Alvelos, de 25 Out. 1710; id., cód. 1492, fls. 22 e vº, Carta de D. João V ao governador Sousa Coutinho, de 20 Jun. 1732; *Barbot*, pp. 717, 725 e 736-37; Caldeira, *Viagens*, p. 114; *Actas*, pp. 359, 483-84; Pinto, *art. cit.*, p. 246; F. Langhans, *Estudos de Direito Municipal. As Posturas*, Lisboa, Faculdade de Direito, 1937, pp. 99-100; J.-A. França, *Une Ville des Lumieres. La Lisbonne de Pombal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988, p. 162.

²⁹ Cf. Tenreiro, A ilha, p. 123.

³⁰ Cf. *O Manuscrito "Valentim Fernandes"*, pp. 122 e 125; Pinto, *art. cit.*, p. 269; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 210-12 e 266.

Em Setecentos havia já adquirido o estatuto de palácio governamental, ostentando um escudo com as armas reais no frontão, no âmbito do qual os castelos se recortavam de uma base marmórea delineados a dourado, em homenagem à realeza e aos seus delegados. Quanto aos seus vastos aposentos, degenerados pelo rigor do clima e parcamente mobilados, foram aditados de quatro fracções em 1738. Englobavam a secretaria, a galeria da guarda, a alfândega e uma arrecadação de munições no piso de baixo. Convenientemente, a alcáçova bordejava o largo, estando adornada de um quintal, onde cresciam videiras, que evocavam aos ministros a paisagem mediterrânica³¹.

Se até meados de Quinhentos as manobras de segurança se articularam estritamente em torno do paço, na década de sessenta o protagonismo neste departamento foi transferido para a fortaleza de S. Sebastião, inaugurada pelo rei homónimo, como estratégia preventiva em relação ao recrutamento da pirataria atlântica. Sobriamente inscrita a leste da baía de Ana Chaves, na ponta meridional do Espalmadouro, a um quarto de légua da localidade, seria terminada em 1575. Sustentada por recifes, estava banhada pelo oceano de três lados, dispondo de duplo andar e de dois acantamentos em volta de um pátio. Este contornava uma cisterna pluvial, com capacidade para sessenta e nove pipas, que preservou uma funcionalidade precária, devido à carência de pedreiros e de oleiros que garantissem a sua recuperação periódica. A porta que lhe dava acesso defrontava a ermida de S. Sebastião, dotada de um altar e ladeada das dispensas de víveres, de uma cozinha e de uma cadeia. Do reduto constavam ainda um farol, oficinas de carpintaria e de ferragens, os quartéis e o terrapleno de combate, sobre o qual estavam montados mecanismos de artilharia de bronze e de ferro em carretas móveis. No começo do século XVIII a estância mantinha ainda o modelo original de tabuões de assoalhado pregados sobre vigamento, razão

³¹ Cf. AHU, cód. 489, fl. 202, Carta do rei ao governador Correia de Castro, de 19 Jan. 1706; *ibid.*, fls. 211 e vº, Carta do rei ao governador Correia de Castro, de 12 Nov. 1707; *id.*, S. Tomé, cx. 4, doc. 29, Auto de devassa ao ouvidor geral Azevedo e Alvelos, de 25 Out. 1710; *ibid.*, Carta da câmara de S. Tomé ao rei, de 25 Out. 1710; *ibid.*, doc. 30, Cons. do Consº Ultrº de 14 Nov. 1710; *ibid.*, doc. 87, Ofício do governador José Pinheiro da Câmara ao rei, de 18 Abr. 1722; *ibid.*, doc. 115, Patente de capitão do forte de S. Jerónimo a Paulo de Sousa, de 25 Set. 1722; *ibid.*, cx. 5, doc. 75, Requerimento do governador Sousa Coutinho, ant. a 28 Out. 1730; *ibid.*, cx. 6, doc. 67, Certidão de vistoria de 8 Ag. 1737; *ibid.*, doc. 69, Carta do governador Soto Maior ao rei, de 3 Set. 1737; *ibid.*, cx. 7, doc. 30, Carta do ouvidor geral Soveral das Neves ao rei, de 21 Mar. 1738; *ibid.*, cx. 8, doc. 15, Cons. do Consº Ultrº de 26 Mar. 1740; Neves, *ob. cit.*, pp. 233-35 e 279-85; C. Matos, *Compêndio*, p. 157.

do seu restauro cíclico, vissitude ultrapassada através da iniciativa do seu lajeamento pelo governador Sousa Coutinho. Analogamente, os arsenais térreos de armamento foram trasladados na década de vinte para uma divisão superior, salvaguardada de potenciais inundações³².

Aos primórdios do povoamento remonta igualmente a autarquia, consoante o indicia um rudimentar selo municipal em prata, manufacturado na menoridade de D. Sebastião, com a sua identificação gravada sobre o brasão, intencionalmente desenhado com a coroa aberta. Não obstante, a deteriorabilidade das pousadas concelhias revelou-se pouco propícia à eficiência do desempenho do respectivo oficialato³³.

Simultaneamente, a prioridade de difusão da fé por todo o império, promovida pelo soberano na sua categoria de grão-mestre da Ordem de Cristo, desencadeou projectos neste domínio, como o atesta o templo rebocado e caído de Sta. Maria ou de N^a Sr^a da Ave-Maria, também associado ao orago de S. Tomé, que nunca seria concluído. Junto aos seus alicerces foi erigido um sucedâneo, dedicado a N^a Sr^a da Graça, certamente anterior a 1500, altura em que se encontrava já instaurada aquela paróquia, que ascendeu a catedral em 1534, tendo beneficiado de uma reforma entre 1576-78. Tratava-se de um modesto imóvel de três naves, com solo de barro, cujo frontispício, flanqueado por duas torres, foi executado em tabuado nativo, face à suspensão da renda anual de duzentos mil réis, concedida por Filipe II em 1584 para o remate do empreendimento. O mesmo estilo de motivações economicistas justificam que só em 1727 tenha sido dado consentimento ao provedor da Fazenda de S. Tomé para aposição de uma sólida colunata à fachada. Aliás, também a atribuição imemorial de duas praças livres em cada barco negreiro para a sua reparação caíra irreversivelmente no esquecimento no dealbar da mesma centúria, quando o bispo Sahagum comunicou ao monarca a sua crescente degradação. Elucidava que quaisquer

³² Cf. AHU, *S. Tomé*, cx. 4, doc. 29, Auto de devassa de 8 Out. 1710; *ibid.*, doc. 50, Cons. do Cons^o Ultr^o de 22 Fev. 1716; *ibid.*, cx. 5, doc. 89, Carta do governador Sousa Coutinho ao rei, de 18 Nov. 1731; *ibid.*, cx. 6, doc. 12, Carta do governador Sousa Coutinho à Coroa, de 19 Nov. 1733; *ibid.*, cx. 7, doc. 45, Certidão de uma portaria de 9 Jan. 1740; id., cód. 1492, fls. 10 e v^o, Carta da Coroa ao governador José Pinheiro da Câmara, de 19 Jan. 1723; *ibid.*, fls. 22 e v^o, Carta de D. João V ao governador Sousa Coutinho, de 20 Jun. 1732; C. Matos, *Corografia*, p. 125; id., *Compêndio*, p. 151; Lima, *ob. cit.*, p. 44; Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 172-73; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 234 e 237; Serafim, *ob. cit.*, pp. 40, 99, 227-28 e 294; Neves, *ob. cit.*, pp. 57 e 329; Castelo-Branco, *art. cit.*, p. 73.

³³ Cf. C. Matos, *Compêndio*, p. 158; AHU, cód. 486, fl. 243, Carta do rei ao ouvidor geral de S. Tomé, de 1731.

melhoramentos seriam unicamente subsidiados pelo flutuante numerário da “tripartita”, constituído por um terço do pecúlio remanescente das côngruas dos seus antecessores falecidos em exercício.

No entanto, o compartimento era amplo, estando provido de capela-mor e das colaterais do Santíssimo Sacramento, de N^a Sr^a da Ave-M^a, de N^a Sr^a das Dores, de S. Miguel e de N^a Sr^a das Brotas e S. Marçal, de uma sacristia e de um adro, vocacionado para a recepção aos crentes. No que concerne ao espólio de apoio ao ritual, era originalmente abundante, supervisionado pelo tesoureiro-mor e meticulosamente guardado, pesado e inventariado pelos seus subalternos. Todavia, os saques e destruições de índole sacrílega provocados pelos assaltos holandês de 1599 e francês de 1709 e os consequentes motins de cativos concorreram decisivamente para a sua delapidação. Nestes contextos verificou-se a extorsão de alfaias argêntas como resgate para a emancipação do território. Foram, pois, constantes as queixas de falta de enfeites, de instrumentos musicais como órgãos e harpas, de um relógio, de colectâneas de cânticos, missais e breviários, de vestuário litúrgico e de um pálio, formuladas pelo cabido e pelos prelados. Ainda assim, a sé continha um ícone de N^a Sr^a da Ave-M^a anterior a 1580, outro de N^a Sr^a da Graça encomendado por D. fr. João de Sahagum, para além dos de S. Tomé, de N^a Sr^a de Pilar e de S. Pedro. As figuras femininas estavam ataviadas com rosários e jóias e aureoladas a ouro, no caso inicial minerado na ilha. Do módico tesouro constavam pontificais e outros paramentos, cruzes processionais, bagos, peitorais, custódias, salvas, galheteiros, castiçais, tocheiros, cálices e um tabernáculo, alguns dos quais em joalheria. Os seus cofres encerravam relíquias do apóstolo S. Tomé e os ossos de Sto. Inocência Mártir e as suas acomodações cadeiras de espaldas e bancos repartidos entre o coro e a nave, destinados às entidades de nomeação estatal³⁴.

³⁴ Cf. AHU, cód. 486, fl. 186, Carta do rei ao bispo de S. Tomé, de Mar. 1727; id., cód. 489, fl. 198 vº, Carta da regente D. Catarina ao provedor da Fazenda de S. Tomé, de 19 Jan. 1705; *ibid.*, fl. 234 vº, Carta do rei ao provedor da Fazenda de S. Tomé, de 9 Mar. 1711; id., cód. 1492, fl. 14 vº, Carta da Coroa ao governador José Pinheiro da Câmara, de 15 Mar. 1727; *ibid.*, fl. 24, Carta da Coroa ao governador de S. Tomé, de 22 Out. 1733; *ibid.*, fl. 24 vº, Cópia de um capítulo de uma carta do bispo Sahagum ao rei, ant. a 1733; id., *S. Tomé*, cx. 4, doc. 29, Certidão dos tabeliães públicos de S. Tomé, Duarte Ilha e Manuel Amaral, de 21 Mar. 1711; *ibid.*, cx. 6, doc. 6, Representação do bispo Castelo de Vide à Coroa, de 13 Jul. 1793; *ibid.*, cx. 59, doc. 46, Provisão régia de 14 Maio 1727; Pinto, *art. cit.*, pp. 235, 263, 314 e 320; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 216-18, 226, 236, 266-67; Serafim, *ob. cit.*, pp. 22-23, 28, 172, 177-78 e 295; Neves, *ob. cit.*, pp. 282, 334 e 372-73; Ambrósio, *ob. cit.*, p. 170; Carta de Pedro Álvares de Caminha a el-rei, de 30 Jul. 1499 in *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Publ. Alfa S. A., 1989, p. 98; C. Matos, *Compêndio*, pp. 138, 149-50.

Ligeiramente a norte deste tecido monumental, numa zona prestigiada, perfilou-se a Sta. Casa da Misericórdia, regulamentada por alvará de 1504, afecta a uma confraria dirigida por um provedor, que gozou da assessoria do vigário de N^a Sr^a da Graça. O organismo anexava um humilde hospital, uma igreja de três naves, com o mesmo número de altares e uma arcada exterior, para além de uma sofisticada Casa do Consistório, subvencionada pelo capitão-general José Pinheiro da Câmara. O seu recheio, conquanto desconhecido, não deveria ser irrisório, atendendo ao hábito arreigado por todo o ultramar português de recrutamento das individualidades mais ínsignes de cada região para a irmandade, as quais agiam como mecenas na aquisição de peças de arte sacra para a sua aprimoração³⁵.

No que respeita ao sistema monástico transposto para S. Tomé, foi encabeçado pelo Real Hospício Capuchinho, fundado em 1684 na margem direita do Água Grande, junto ao enclave governativo, nas traseiras de uma ermida quatrocentista doada aos frades, ambos fabricados com substâncias resistentes. Primitivamente votada a S. Francisco, esta elegera entretanto Sto. António como patrono, sendo formada por quatro altares, adossada de um pórtico, utilizado pela população para abrigo das chuvas, e realçada por múltiplas esculturas, entre as quais a de N^a Sr^a do Desterro. Aprovado por D. Pedro II, o núcleo apostólico sedimentou-se sob o impulso de fr. Francisco de Monte Leão, encarregue da diligência pelo prefeito da missão de Angola, fr. João Romano, e coadjuvado pelo bispo, pelo cabido e pelo governador João Álvares da Cunha. Embora não existam descrições do seu interior, excepto a referência a uma biblioteca, é plausível que tenha mimetizado o protótipo adoptado pela congregação na metrópole, invocado pelo naturalista suíço Charles Merveillex nas suas *Memórias Instrutivas sobre Portugal* de 1723-26. Em consonância com este depoimento, atravessada a porta, assinalada por uma cruz, ingressava-se num corredor que desembocava num diminuto refeitório, e se entrecortava em vãos de entrada para minúsculas celas. Isoladas da humidade por invólucros de cortiça, estavam deficitariamente iluminadas e singelamente equipadas de um banco de lousa e de um catre resguardado por um nicho. Em contrapartida, é certo que o monastério aglutinava um terreno vedado, preenchido por hortas e por pomares

³⁵ Cf. M. Silva, *ob. cit.*, p. 221; Pinto, *art. cit.*, pp. 283 e 327; C. Matos, *Compêndio*, p. 150; Luís de Albuquerque, *A colonização de São Tomé e Príncipe: os capitães do século XV in Portugal no Mundo*, vol. II, Lisboa, 1989, p. 192.

abundantemente irrigados, cultivados por mão-de-obra escrava, para providenciar ao consumo alimentar dos franciscanos³⁶.

Em S. Tomé o sector assistencial da responsabilidade do clero regular implicou a intervenção paralela dos agostinhos descalços, preparada através da criação de um domicílio esporádico para os eremitas da comitiva de D. fr. Gaspar Cão arribados à ilha em 1568, confinante com a paroquial de N^a Sr^a da Conceição, por ele sagrada. Esta salientava-se como sede de várias irmandades, pela grandiosidade dos seus seis altares e pela reciclagem em maçonaria que lhe foi imprimida por D. fr. João de Sahagum em 1719, em virtude dos estragos perpetrados por corsários neerlandeses e franceses. Nas suas vizinhanças, a sua derivada de S. Tiago, de cantaria, anterior a 1617, foi objecto de uma gratificação das instâncias de poder lisboetas aos mendicantes. Foi agregada em 1691 a um mosteiro produzido com materiais perecíveis, brindado com uma parcela fundiária pelo gestor do morgado da Madre de Deus. Custeado pelos ilhéus, foi remodelado em 1695 com infra-estruturas construtivas europeias, transportadas numa embarcação da Companhia de Cabo Verde e Cacheu, tendo passado então a reunir alojamento para dez residentes e um alpendre na frontaria. Depois do abrasamento sofrido no decorrer da invasão gaulesa de 1709, voltou a ser alvo de benfeitorias, coordenadas pelo comissário geral fr. Manuel de S. João Baptista, que em 1719 estavam ainda incompletas. Nesta data o Conselho Ultramarino estipendiou uma ajuda de custo de quatrocentos mil réis para a reposição de decorações e de livros extraviados. Em compensação, a retratística dos prelados da corporação prevaleceu incólume, bem como as pródigas searas compreendidas na sua área clausurada³⁷.

³⁶ Cf. *O Manuscrito "Valentim Fernandes"*, p. 122; Carta de fr. Monte Leão ao rei, de 20 Jul. 1684 in *Monumenta Missionária Africana*, vol. XIII, 244, pp. 580-1; Azevedo, *art. cit.*, pp. 170-71; BN, ms. 72, n^o 16, Carta do coronel Francisco de Alva Brandão a D. João V, de 18 Dez. 1744; Pinto, *art. cit.*, p. 298; Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 172-73; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 225 e 235; C. Matos, *Compêndio*, p. 151; Serafim, *ob. cit.*, p. 181; *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, trad. de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, p. 167.

³⁷ Cf. AHU, S. Tomé, cx. 4, doc. 29, Certidão dos tabeliães públicos de S. Tomé, Duarte Ilha e Manuel Amaral, de 21 Mar. 1711; *ibid.*, cx. 8, doc. 6, Cons. do Cons^o Ultr^o ant. 3 Mar. 1744; *ibid.*, doc. 81, Carta do cabido ao rei, de 7 Out. 1748; *id.*, cód. 479, fls. 4 v^o-5, Cons. do Cons^o Ultr^o de 27 Jun. 1749; Azevedo, *art. cit.*, pp. 170-71; Pinto, *art. cit.*, pp. 235, 298 e 303; Nota de rodapé não numerada in Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. XIV, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1985, pp. 433-34; Ofício do governo interino da Baía ao rei, de 15 Nov. 1755, publ. por C. e Almeida, *ob. cit.*,

Finalmente, a periferia de S. Tomé foi pontuada a partir do século XVI por templos privados ou subordinados ao Padroado Real. A sua versão original foi preponderantemente renovada com matérias-primas nobres nas duas centúrias seguintes por arruïnamento reincidente. Com este móbil foram implementadas medidas como o lançamento de fintas, a recolha de esmolas entre os fiéis e a convocação compulsiva das companhias de ordenanças e de serviçais dos terratenentes para o trabalho de extracção de argila ou de carregamento de seixos. Esta orientação conheceu excepções, que não superaram a sua primitiva rusticidade ao longo de Setecentos, causa da sua profunda danificação, das quais foram exemplos N^a. Sr^a. de Guadalupe, no sertão, ou a sua homóloga dos Santos Reis Magos, na fazenda Ribeira Funda.

Por outro lado, à semelhança do ocorrido com a majestosa mansão episcopal, vinculada ao sítio do Picão, outorgado ao bispo D. Francisco do Soveral em 1625, as igrejas impunham-se nas cumeadas sobranceiras à cidade, pela sua verticalidade. Esta preeminência, exaltada pela beleza cénica do panorama avistado, ilustrável pela Santíssima Trindade, por Sta. Ana ou por S. Francisco de Assis, traduziu uma concepção estética palladiana, corroborada pelos preceitos definidos pelo concílio tridentino em meados de Quinhentos. Situavam-se na faixa litoral, como sucedeu com N^a. Sr^a. das Neves, com Sta. Ana, com N^a. Sr^a. da Glória e S. João Baptista e com S. Francisco, adjacentes à Ponta Figo e às praias do Almoxarife, Melão e Fernão Dias. Esta opção geográfica estimulou a sua visita pelos navegantes com finalidades de peregrinação, tendência peculiarmente evidente no último cone vulcânico, rodeado por um areal repleto de coqueiros e sulcado pelo rio do Ouro, onde faziam aguada muitos dos navios de guerra britânicos aportados a S. Tomé. Este costume suscitou mesmo uma alteração toponímica nos mapas ingleses, que passaram a designar a enseada circundante por S. Francisco.

A sua traça colectiva obedeceu ao padrão uniforme de três naves, torre sineira, peristilo e sacristia, tendo os recintos sido contemplados com pias baptismas, toalhas de altar e a imprescindível utensilagem em metal branco, que abarcou crucifixos, cálices e sacrários, permanentemente su-

vol. XXXI, p. 134; Representação dos missionários de S. Tomé ao rei, de 11 Nov. 1768, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 239; C. Matos, *Compêndio*, pp. 152-53 e 191; Francisco Leite de Faria, Os Barbadinhos Italianos em S. Tomé e Príncipe de 1714 a 1794 in *Portugal em África*, vol. XI, 1954, p. 85; Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 145, 172 e 174; id., *Missionários e clero autóctone em S. Tomé e Príncipe in Portugal em África*, Lisboa, 1973, n^os 179-182, p. 290; Serafim, *ob. cit.*, p. 183; M. Silva, *ob. cit.*, pp. 215, 220, 235 e 257.

jeitos a saques. Conjugaram-se com estatuária de vulto em mármore alusiva aos padroeiros, fortuitamente acompanhados de outras personagens do hagiológico cristão. Esta denotou uma sensibilidade estética por vezes duvidosa, como o sugere um Padre Eterno de feições assustadoras, venerado no Senhor Deus Padre. Contudo, os santuários tutelados por magnates usufruíram de um acervo de reputada qualidade, como o demonstra S. João Evangelista, introduzido na Praia Melão por Ana de Chaves e pelo seu marido Gonçalo Alves antes de 1562, cujo túmulo lapidado foi colocado na capela-mor. Em Seiscentos a propriedade fora trespassada para o governador João Álvares da Cunha, presumível comprador de um oratório asiático em ébano, incrustrado de esmeraldas e de rubis, que exibia um Menino Jesus num globo, embutido de delicados relevos de marfim sob uma lente de cristal. Similarmente, o Senhor Jesus do Bom Fim, sito na fazenda Mesquita, foi fornecido de magníficas representações da Paixão de Cristo pelo seu titular, o coronel Francisco de Alva Brandão, em 1754. Aliás, os cidadãos mais prósperos não negligenciaram sequer o patrocínio de adereços para as confrarias de que eram adeptos, conforme o comprova a oferenda de um diadema áureo a N^a Sr^a do Rosário dos Negros pela abastada D. Simoa Godinho, furtado em 1698, na noite do escrutínio para a sua mesa. Também membros da elite sacerdotal lograram obter legados consideráveis para centros de culto temporariamente sob a sua égide, como os adjudicados ao cura Manuel do Rosário Pinto em 1698 ou ao tesoureiro-mor da sé, Jerónimo de Andrade Pimentel, em 1700, nas suas breves estadias em Lisboa e em Roma. Assim, se o primeiro requereu com êxito a D. Pedro II um volumoso donativo argentífero para a Santíssima Trindade, o derradeiro abrilhantou N^a Sr^a da Boa Morte com painéis italianos a óleo³⁸.

³⁸ Cf. AHU, cód. 489, fls. 169 v^o-70, Carta do rei ao governador de S. Tomé, 19 Out. 1700; *ibid.*, fl. 189, Carta do rei ao governador José Correia de Castro, 4 Maio 1703; *id.*, cód. 1492, fl. 18, Carta dos soldados das ordenanças do Príncipe ao rei, de 20 Fev. 1730; *id.*, S. Tomé, cx. 5, doc. 88, Parecer do procurador da Fazenda, post. 13 Nov. 1731; Carta régia de 24 Jan. 1689 in Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. XIV, p. 147; Pinto, *art. cit.*, pp. 259-60, 274, 279, 286, 298, 306, 314 e 325-26; Ambrósio, *ob. cit.*, pp. 145, 170, 175 e 233; António Farinha, *A Expansão da Fé na África e no Brasil (subsídios para a História Colonial)*, I vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 124; C. Matos, *Corografia*, pp. 46 e 54; *id.*, *Compêndio*, pp. 87, 126, 136, 151, 153-56, 174 e 191; Serafim, *ob. cit.*, pp. 22-23, 28, 41, 177 e 293; Neves, *ob. cit.*, pp. 60 e 285-88; Tenreiro, *A ilha*, p. 203; Murillo Marx, *Cidade no Brasil terra de quem?*, S. Paulo, EDUSP-Nobel, 1991, pp. 20-22.

Por sua vez, no Príncipe destacou-se o sistema de segurança focalizado à entrada da baía de Sto. António, desdobrado entre a fortaleza da Ponta da Mina, implantada em 1695 num monte da ponta sul, e a de Sta. Ana, posterior a 1757. Ambas foram erguidas em terra batida por pedreiros, carpinteiros e oleiros, sob a superintendência de profissionais de engenharia militar. Reflectindo um conceito poliorcético dinâmico, o pólo principal reduziu-se a uma simples plataforma amuralhada, ramificada em duas casas-fortes com guarida para a guarda, que operava como prisão, apetrechada de cepo para a punição de libertos. Limitado a um papel de vigilância, através da restrição dos meios de fogo e da guarnição, foi complementado por elementos extrínsecos dele distanciados, no intuito da camuflagem da praça de guerra e do aproveitamento das condições topográficas, mediante a dispersão da artilharia pela costa. Efectuado em “pau a pique”, foi submetido a petrificação nas décadas de trinta e de quarenta. De facto, já em 1728 D. João V ressaltava a premência de dignificação da bandeira nacional perante os estrangeiros que frequentavam o porto³⁹.

No conjunto arquitectónico insulano sobressaiu ainda a moradia da vereação, mau-grado o estado de corrupção que persistentemente a inabilitou, com a decorrente deslocação das sessões para o endereço do presidente do elenco indigitado. Um estudo de 1716 previa a combinação de uma sala quadrada, de cinquenta e cinco palmos de comprimento por vinte e quatro de largura, com dois cubículos de doze palmos de extensão e varanda sobre o passeio, sob a qual se hospedaria a guarda. O seu pavimento alicerçar-se-ia sobre esteios, fazendo a ligação com tabuado de “peralto”, enquanto as ripas do tecto forrado seriam sustentadas por caibros. À sua frente levantava-se o frágil pelourinho, emblema da jurisdição e das prerrogativas edilícias⁴⁰.

³⁹ Cf. José Brandão Pereira de Mello, *A fortaleza de Santo António da Ponta da Mina na ilha do Príncipe*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, p. 10; *Actas*, pp. 277 e 512; Ofício do vice-rei do Brasil a Diogo de Mendonça Corte Real, de 23 Ag. 1756, C. Almeida, *ob. cit.*, vol. I, p. 153; AHU, cód. 489, fls. 178 e vº, Carta do rei ao capitão-mor do Príncipe, de 25 Jan. 1702; id., cód. 486, fl. 211, Carta do rei ao capitão-mor Fernandes Lima, de 1728; id., *S. Tomé*, cx. 4, doc. 17, Certidão de serviços do capitão-mor Sousa da Costa, emitida pela câmara do Príncipe em 7 Ag. 1706; *ibid.*, cx. 6, doc. 13, Carta de provedor da Fazenda do Príncipe, Raposo de Brito, ao rei, de 16 Fev. 1734; *ibid.*, cx. 7, doc. 101, Fé de certidão de um protesto, passada pelo provedor da Fazenda do Príncipe, Raposo de Brito, de 2 Out. 1743.

⁴⁰ Cf. *Actas*, pp. 51, 187, 312, 320 e 327.

Por fim, a ilha acolheu um círculo devocional unido pelo arquétipo comum de três naves e átrio, do qual se demarcou a unidade do baluarte com uma e a da freguesia de N^a. Sr^a. da Conceição com quatro, entre as quais a da capela-mor e a do Santíssimo Sacramento. Esta atingia, porém, escassas dimensões, tinha paredes vulneráveis, telhado vão sem entretela e altares nus, tendo conservado uma aparência decrépita no século XVIII. O seu conserto dependeu dos financiamentos voluntários de capitães-mores como Manuel de Sousa da Costa ou António Marques do Vale e Silva. Em 1727 não integrava sino nem pia baptismal e em 1762 foi mesmo transitoriamente fechada. Aliás, os efeitos arrasadores do ataque gálico de 1706 e do incêndio de 1747 não pouparam as restantes instituições eclesiásticas da vila de Sto. António e os correspondentes vasos e vestimentas canónicas, que já na centúria precedente haviam sido profanados e roubados. A própria Sta. Casa da Misericórdia estava destituída de assistência médica nas suas depauperadas instalações, roçando o limiar da indigência, de que não saíram ilesas as irmandades de N^a. Sr^a. dos Prazeres, de S. Gregório e de N^a. Sr^a. do Rosário. Contrariamente, o estabelecimento radicado pelos capuchinhos em 1693 distinguiu-se pelo recurso à pedra e à cal e pela profusão de campos agrícolas abrangidos na sua cerca⁴¹.

Também em Ano Bom, para além de um fortim demolido por agentes das Províncias Unidas antes de Setecentos, coube ao módulo religioso o primeiro plano no agrupamento urbano, com especial ênfase para o albergue barbadinho de Sto. António, a Misericórdia e N^a. Sr^a. da Conceição. Tanto esta como as suas congéneres de Santana e de S. José partilhavam entre si a composição de madeira, orlada de capim, folha de coco ou de palma. Muito sintomático foi o facto de a sé não revestir nos anos setenta portas que se pudessem encerrar para a celebração da missa, com inevitáveis perturbações no desenrolar do cerimonial. Ainda assim, o morgado

⁴¹ Cf. AHU, *S. Tomé*, cx. 4, doc. 16, Auto de residência ao capitão-mor Agostinho Duarte, de 18 Set. 1705; *ibid.*, doc. 17, Certidão de serviços do capitão-mor Sousa da Costa, de 28 Abr. 1706; *ibid.*, Certidão de serviços do capitão-mor Sousa da Costa, emitida pela câmara do Príncipe em 7 Ag. 1706; *ibid.*, cx. 5, doc. 22, Requerimento do missionário agostinho fr. Manuel de S. João Baptista, ant. 31 Jul. 1726; *ibid.*, cx. 6, doc. 60, Requerimento do capitão-mor Vale e Silva, ant. a 22 Jul. 1737; *id.*, cód. 489, fl. 88, Provisão régia de 19 Jan. 1693; *id.*, cód. 486, fl. 187, Carta do rei ao provedor da Fazenda do Príncipe, de 1727; *Actas*, pp. 385, 394-95 e 695; Relação da viagem da corveta N^a Sr^a da Oliveira de Lisboa ao arquipélago, em 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, p. 284; Carta do ouvidor Caetano de Mesquita ao secretário de Estado Melo e Castro, de 25 Fev. 1771, *ibid.*, p. 331; Serafim, *ob. cit.*, p. 178; C. Matos, *Compêndio*, pp. 165 e 167; Ambrósio, *ob. cit.*, p. 181; Lima, *ob. cit.*, pp. 32 e 54.

das Laranjeiras tinha a seu cargo a abonação de um património do qual deveriam constar a indumentária do cura, um retábulo provavelmente de aspecto artesanal, um cálice, um tabernáculo e outros artefactos preciosos, entregues ao zelo do sacristão. Este seria completado com as imagens de N^a. Sr^a. da Conceição e de Sto. Cristo, enquanto a Sta. Casa foi agraciada com as de Sto. Agostinho e de Sta. Isabel. Testemunhando o triunfo da ideologia católica neste segmento do arquipélago, signos pios como crucifixos balizavam os percursos vivenciais quotidianos, impregando o ambiente de uma simbologia mística, veiculadora de uma mensagem de procura da salvação pelo povo de Deus⁴².

⁴² Cf. Descrição das viagens do capitão-mor Vicente Ferreira ao arquipélago, em 29 Out. e 3 Nov. 1770, publ. por Neves, *ob. cit.*, pp. 271 e 273-74; Relação da viagem da corveta N^a Sr^a da Oliveira de Lisboa ao arquipélago em 1770, *ibid.*, p. 281; Declaração sobre a rebelião e Termo de Contumácia dos habitantes de Ano Bom, de 11 Fev. 1771, *ibid.*, pp. 324-26; Carta de fr. Luís de Castro ao rei, de 30 Nov. 1778, *ibid.*, pp. 375-76; Carta do SEMU ao embaixador de Portugal em Madrid, de 1779, *ibid.*, p. 386; C. Matos, *Corografia*, pp. 84 e 87.